

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2011

Acta n.º 19

Ao vigésimo segundo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de nove de Dezembro e Aditamento à ordem do dia de quinze de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 29/09/2011; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas com referência ao ano de 2012, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativo ao ano de 2012; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do lançamento de derrama para o ano de 2012, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração à Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Albufeira, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, na redacção dada pela Lei n.º5-A/02 de 11 de Janeiro, de 23 de Outubro de 18 de Setembro e nos termos do art.6 º da Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2012/2015, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2012, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento de atribuições de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, nos termos da alínea a) do n.º 2, do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

ADITAMENTO: -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do contrato para concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio articulado - aumento de uma paragem no circuito; -----

PONTO DECIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do concurso público para prestação de serviços de manutenção e conservação de espaços verdes e campos desportivos no município de Albufeira; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Anabela Santos Nobre (membro suplente PSD) (21:40h), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (membro suplente PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), José Manuel Guerreiro Gonçalves (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD) (21:45h), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne) e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia Joaquim Teixeira Dias. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis e o Vereador em regime de não permanência David Martins. -----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD) e Maria do Rosário Calvino Charrua (BE). -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Adriano Ferrão, Carlos Gabriel e Rui Bernardo, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Alberto Saraiva Anabela Nobre, Nuno Lisboa e Manuel Gonçalves, respectivamente. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado ao público presente. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Luís Magalhães - Apresenta intervenção (doc.1). -----



Ex.mo Sr Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

Permita-me saudar na pessoa de V. Excia toda a distinta Assembleia.

Faz hoje exactamente um ano que tive a honra de intervir numa Assembleia Ordinária, para abordar dois assuntos, um de ordem mais pessoal e outro de interesse geral, como então referi.

O Dig.mo Presidente da Câmara Municipal, conforme consta da respectiva acta, comentou que no caso pessoal (pequena danificação do meu carro por um veículo municipal, ocorrida em 14 de Julho de 2010) a situação iria ser resolvida rapidamente pois realmente já durava há tempo demais. Efectivamente, quatro meses mais tarde, ou seja exactamente nove meses depois do incidente, foi-me enviado um cheque, que aliás remeti imediatamente aos serviços sociais da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. Foi o que se poderá chamar uma gestação difícil, e repito o que referi por mais duma vez, e que não me parece compatível com a imagem que se quer dar duma cidade exemplar no tratamento dado aos turistas, se tivesse sido um viajante de passagem a vítima.

O segundo assunto dizia respeito à, no mínimo, discrepância, que presidiu ao critério da distribuição dos pontos de iluminação na rua da Torre da Medronheira, sobretudo entre o posto da GNR e a armação da Maria Luísa, que contrasta estranhamente com o que aconteceu na chamada Urbanização da Balaia. Efectivamente, e mais uma vez insisto, o espaçamento é duas vezes maior na referida Rua, com muito mais movimento que os arruamentos da citada urbanização e com uma densidade de habitantes residentes permanentes nitidamente superior. De notar que as duas requalificações foram feitas na mesma altura, e já agora, permitido me seja relembrar que não foi, longe disso, a única anomalia entre os pormenores das ditas requalificações...mas isso é outra história...

O Ex.mo Sr Presidente da Câmara respondeu e também consta evidentemente da respectiva acta, e cito de memória, que brevemente o Vereador me adereçaria uma nota escrita, justificando ou não a discrepância por mim evocada...

Nada recebi até hoje, um ano volvido. Cheguei a pensar que, como diz o povo, quem cala consente e a anomalia seria devidamente corrigida, dada a sua evidente pertinência.

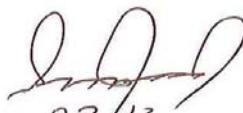
Poder-se-á evocar que dadas as economias a que somos forçados se avança mais no sentido de reduções nos horários de iluminação pública. O argumento não colhe, pois cortes na duração nada têm a ver com uma iluminação adequada nas horas em que ela será necessária, até para ajudar a reduzir este ambiente de insegurança que se instalou.

Concluo desejando a todos um Bom Natal e um ano 2012 pelo menos com muita saúde.

Luís Magalhães

Apartado 6051

8201-929 ALBUFEIRA


22/12
2011





Cândido Reigado - Apresenta intervenção (doc.2). -----

BOA NOITE:

Se me for permitido, quero em nome do executivo da comissão concelhia de Albufeira do Partido Comunista Português falar aqui sobre alguns problemas que afectam os trabalhadores, os reformados e a juventude.

O governo PSD-CDS/PP, à semelhança do que vinha a fazer o governo anterior sob a imposição da troika internacional, está em claro confronto com as conquistas de Abril, demolindo pedra sobre pedra, são exemplo disso os ataques à contratação colectiva, os cortes nos subsídios de férias e de natal aos funcionários públicos, destruição do Serviço Nacional de Saúde, aumento das taxas moderadoras e outros serviços de saúde, ataque à escola pública, com o encerramento de escolas por todo o país. O desemprego a aumentar em todos os sectores de actividade económica, onde os jovens são seriamente atingidos, milhares de professores desempregados, o que leva o governo ~~(numa clara concepção de classe)~~ a dizer aos jovens e aos professores desempregados a emigrarem. Em relação ao desemprego o Algarve mesmo na época alta esteve sempre acima dos 24 mil desempregados, estando nesta altura acima dos 35 mil, sendo o concelho de Albufeira, um dos campeões do desemprego, chegando a estar em 2º lugar a nível nacional. Os salários em atraso passaram a ser norma em alguns hotéis: há bem pouco tempo os trabalhadores do hotel montechôro estavam há 3 meses sem receber. Mas como ⁵⁹ não bastasse o ataque aos direitos dos trabalhadores dos reformados e dos jovens, o governo ataca o poder local democrático, propondo-se extinguir por todo o país diversas freguesias, onde não escapa o Algarve nem mesmo o concelho de Albufeira, estando na mira do governo a extinção das freguesias da Guia e Olhos de Água. O Partido Comunista Português é contra a extinção de qualquer freguesia ou concelho, o poder local Democrático através dos eleitos é um meio de proximidade com as populações, é quem melhor conhece os problemas que lá existem e quem melhor pode ajudar a resolvê-los e não foram as freguesias que contribuíram para a grave crise que o país atravessa. E a pergunta que aqui queremos fazer é a seguinte: qual é a posição do executivo da Câmara Municipal de Albufeira e da Assembleia Municipal em relação à extinção das freguesias a nível Nacional, e no caso concreto das freguesias da Guia e Olhos de Água, se estão do lado do governo, a favor do ataque ao poder local Democrático, ou se pelo contrário, estão ao lado das populações, contra a extinção das freguesias.

Muito Obrigado

Cândido Reigado

E.



Carlos Ventura - "Pertencço ao Partido Comunista mas não posso falar em nome do partido. Eu venho aqui, como venho constantemente tentar falar do que se passou comigo e ao passar-se comigo, passou-se com o povo de Albufeira e do país. Nesta situação eu penso que, nós temos andado a brincar. Eu, na última reunião camarária em Albufeira, tentei falar sobre uma situação de racismo. Um país como o nosso, não é um país racista. Entretanto as crianças foram com a mãe para o Brasil e a situação ficou no mesmo sentido. Para se dizer o que se passa, neste momento, em Albufeira, nessa reunião, foi-me dito pelo senhor responsável pelo Partido Socialista, que não sabia o que se passava em Albufeira. Com a vida das pessoas não se brinca. Porque o que se passa no nosso país não é brincadeira nenhuma, na Grécia, num país da Europa, as crianças acabam por morrer de fome, acabam por perder os sentidos. Em Portugal abrem-se cantinas, no momento do Natal, porque os pais não têm alimento para dar aos filhos. E vão ver, o que é que se passa, as pessoas nem têm dinheiro para comprar nem uma pequena blusa para oferecer às crianças. Os responsáveis de Albufeira gastaram dinheiro anos a fio e hoje têm meia dúzia de lâmpadas. E eu nem sei qual é a dívida que a Câmara de Albufeira tem. E quanto aos responsáveis que não sabem o que se passa em Albufeira, é porque não estão juntos com o povo, não andam a falar com o povo. Como na outra vez não pude responder, estou a responder aqui, neste momento, porque o povo deve ser respeitado, seja como for. Quando há um indivíduo que faz parte do BPN e desvia sete milhares de milhões de euros, faz trinta e sete pontes sobre o Tejo. Um país que está nas mãos de meia dúzia de pessoas e o povo a sofrer. Nós devemos exigir que a situação do nosso país vá para a frente. Eu vou-me embora, como disse várias vezes, estou farto de estar aqui. Estou aqui em nome pessoal, não posso falar em nome do partido. Sou Comunista com muito prazer. Devemos ver as dificuldades que o povo sofre. De quem são as responsabilidades. O que fizeram durante anos e anos, a brincar com o país. Eu posso dizer o que me fizeram, mas o que fizeram a mim fizeram ao país. Entretanto deram benefício a muita gente, não deviam ter dado. Há um caso nos Salgados, onde numa extensão de terreno foi construído que não deveria ter sido construído. Quem foi que deu a responsabilidade de fazer aquela "bonita obra". Fizeram o que estamos a colher agora. Vão ver quais são os turistas que estão aqui. Vão ver quais são as condições das pessoas que investiram em Albufeira. Entretanto, em Albufeira, há muitos hotéis que pertencem aos bancos. O que é que os responsáveis de Albufeira fizeram por esta terra? Analise o que foi bem feito e o que foi mal feito. A maior parte das casas que existem na nossa terra, estão vazias, Sr. Presidente! Será que eu vejo, com a minha quarta classe e as outras pessoas não veêm. Vós sois os responsáveis de analisar o que realmente se passou e o que se está a passar. Vamos para a caridade? Não, temos que exigir é a justiça, a justiça divina, não sei. E nós não fizemos o suficiente, fizemos de forma a que isto se está a passar. O dinheiro do país pertence ao povo! Deve ser canalizado de forma a irem buscá-lo a esses malandros, que gozaram com a situação do país e o povo está a sofrer. Eu penso que, vocês que são os responsáveis por governar Albufeira, têm uma cota parte de responsabilidade. Se não se sabe o que se passa aqui, eu digo ao Senhor que faz parte



do Partido Socialista, vá falar na zona do Bananeiro como é que se passou. Uma vez quis que o senhor fosse à minha casa para responder a várias situações, conclusão, ninguém apareceu para mim. Eu fiz greve da fome três vezes, ninguém apareceu ao pé de mim. Nessa altura de forma que nunca fiquei na minha vida. Esta situação é de tal forma dramática que não sei se há forma de se mudar. Há um crime abundante no nosso país, inclusivamente em Albufeira. Para finalizar: fizeram quilómetros e quilómetros de lancis, chegaram ao pé de mim, além de me roubarem terreno, não fizeram cinquenta e cinco metros de lancil. Num país democrático, seja em qualquer país da Europa, não se faz isto e a mim fizeram. Como emigrante que vim para aqui, vim enganado. Termina Sr. Presidente." -----

Vereador David Martins - "Sr. Presidente, com autorização do Sr. Presidente da Câmara, não sei, não é uma defesa de honra, efectivamente, mas, depois desta intervenção, se me der oportunidade." -----

Presidente da Assembleia - "Não há mais inscrições do público? Sr. Presidente, se quiser dar autorização ao Sr. Vereador, faça favor." -----

Presidente da Câmara - "Em relação ao Sr. Eng. Magalhães, é evidente que isso está em acta e a questão do acidente, depois dessa Assembleia, foram dadas indicações por mim e obviamente que, só lhe posso pedir desculpa pelos quatro meses de espera. Que accionei o processo, é evidente, tanto mais, que está resolvido. Sobre a questão da iluminação dos candeeiros, tem a ver com o projecto e, penso que na altura, essa abordagem foi feita pelo Vereador Quintino, que está ali e poderá, eventualmente, dar alguma explicação, que depois lhe pedirei. Sobre a questão do Sr. Carlos Ventura, pois é uma análise sobre o processo. Só quero dizer que, quando estive em greve de fome eu fui ter consigo. É para que fique registado. Mas isso é outro assunto. Sobre a análise do Partido Comunista, duas coisas: em relação à freguesia de Olhos d'Água e da Guia o executivo, penso que todos os órgãos, farão para que não haja aquilo que está proposto no "Livro Verde" sobre a questão da reforma. Daria a palavra ao Sr. Vereador David no contexto daquilo que foi referido." -----

Vereador David Martins - "Vou ser muito breve. Só para clarificar aqui a situação daquilo que foi referido. De facto, quando o Sr. Carlos Ventura vem a esta reunião e basta consultar a internet e a acta dessa reunião, para verificar que o Sr. Carlos Ventura faz, o que tem vindo a fazer, uma certa acusação de que há situações em Albufeira de corrupção e ilegalidade. No que está explanado nessa acta e foi minha intervenção, é que eu desconhecia qualquer situação de corrupção e ilegalidade no concelho de Albufeira. Mais, se a conhecesse, seria eu próprio a demover as diligências para que fosse descoberto ou fosse analisada essa situação. Essa foi a única situação que eu, claramente, disse que não sabia o que se passava. Não sabia o que se passava e mais, se soubesse teria esta iniciativa. Mais. O Sr. Carlos Ventura referiu-se a determinados dirigentes políticos que têm Mercedes. Nessa mesma reunião, eu, naturalmente, porque tenho por acaso um, até lhe disse que tinha pedido empréstimo para o pagar e está pago. Também lhe disse mais, que consultasse na internet ou nos locais adequados a minha declaração de interesses. Portanto é assim Sr. Carlos



Ventura, e todos os membros da Assembleia, eu acho, e esta é minha opinião, que quando alguém tem uma desconfiança, quando alguém tem provas, deve-as prestar no local próprio e, isso não quer dizer, efectivamente, que quem não as tenha desconheça a realidade de Albufeira, porque o senhor sabe e, certamente tem acompanhado, e se não acompanha mais, certamente tem essa facilidade, basta ir à internet ver as actas, para verificar qual é a posição do Partido Socialista. Independentemente do Senhor ser do Partido Comunista, ser do PSD, do CDS, ou qualquer outro partido, para mim o senhor é igual aos outros, eu respeito toda a gente. Esta é a posição que eu queria transmitir, por uma questão de clarificação daquilo que foi transmitido. Obrigado" ----

Presidente da Câmara - "Gostaria que o Vereador Carlos Quintino respondesse à questão do Eng. Luís Magalhães." -----

Presidente da Assembleia - "Tem a palavra Sr. Vereador." -----

Vereador Carlos Quintino - "Boa noite a todos. Em relação à questão do acidente, pois o Presidente deu essas indicações e eu fiz as demarches necessárias para que o assunto fosse à reunião de Câmara e a Câmara, naturalmente pronunciou-se, dentro dos possíveis naquilo que é a sua celeridade, para que pudesse vir a ser indemnizado e assim foi. Em relação ao espaçamento entre as colunas de iluminação pública. Fiz também uma demarche no sentido de que um técnico da autarquia lá fosse quando a iluminação estivesse acesa, de noite, para poder verificar não só o espaçamento mas também a luminosidade. E a conclusão a que esse técnico chegou, foi que a intensidade da luminosidade naquele arruamento está dentro dos parâmetros médios aceitáveis. Tem razão numa coisa, não lhe foi dada essa resposta quando deveria ter sido dada. Muito obrigado Sr. Presidente." -----

Presidente da Assembleia - "Antes de encerrar o período do público e uma vez que também foi feita uma pergunta dirigida à Assembleia Municipal, eu não posso ainda responder a ela, tem a ver com a questão das freguesias, mas a Assembleia irá pronunciar-se sobre isso e há um cronograma que foi afixado no "Livro Verde", em Janeiro. Em Janeiro a Assembleia Municipal irá pronunciar-se sobre a questão que o Sr. Reigado levantou, atento a essa parte do cronograma. Penso que em Dezembro ou talvez em Janeiro, não sei, as próprias Juntas de Freguesia do concelho de Albufeira, também se irão pronunciar. E portanto, se o Sr. Reigado estiver atento às convocatórias para a Assembleia, pois seguramente irá saber, ainda não sei, porque a Assembleia é um órgão colectivo, qual vai ser a sua posição sobre essa questão." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia encerra o período do público e passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta e onde se destaca dois emails do munícipe João Ferreira, um a solicitar uma cópia de acta da última sessão da Assembleia Municipal e um outro a dar conhecimento de um email enviado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----



Francisco Oliveira - "Gostaria de fazer aqui uma referência à decisão que foi tomada na Câmara Municipal de Albufeira, em executivo, relativamente ao aumento do tarifário do "Giro". Verifica-se que a Câmara Municipal entende aumentar os valores do "Giro" na ordem dos 27%. O que, como é sabido e tendo em consideração todos os aumentos não só em termos de taxas e impostos municipais e locais, bem como também a medida taxativa, por assim dizer, do Governo, vem com certeza trazer inúmeras dificuldades à população de Albufeira. Mas esta questão não é por si só que levanta, ou seja o aumento em si, é que na verdade, depois mais tarde temos também um ponto para abordar na Assembleia Municipal e que tem a ver também com os transportes no concelho de Albufeira, e parece que o executivo há cerca de dois, três anos, falou da possibilidade de se fazer uma análise, um estudo, sobre os vários transportes colectivos de Albufeira. Esse estudo nunca foi feito, nunca foi verificado, e parece-nos que, de facto, este aumento tem a ver com a falta de receita e, eventualmente, a necessidade de subsidiar o referido transporte público. Mas nessa medida, o que nós verificamos é que aumentando o tipo de transportes, nomeadamente o comboio turístico, que de turístico pouco tem, e assim retirando utilizadores ao "Giro", naturalmente, que a factura que a Câmara Municipal vai pagar à empresa em causa será muito superior e necessariamente fará com que aumente o tarifário. E é nesse sentido que nos parece perfeitamente excessivo este aumento, sem haver efectivamente um estudo, um debruçar sobre esta questão, no sentido de verificar até que ponto é que estes transportes entre si não estarão a colidir e a fazer com que a população de Albufeira tenha que suportar este custo superior. Tenho dito." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e inicia ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 29/09/2011; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca a acta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Anabela Nobre, José Gonçalves, Miguel Mesquita e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Carlos Santos, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----



Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente - "É uma questão muito simples ao Sr. Presidente da Câmara. Há um tempo a esta data, falei aqui e apresentei algumas situações e algumas delas vieram a ser corrigidas. Mas havendo uma má, que é a passadeira junto ao mercado nos Olhos d'Água, que ainda lá continua. Tão próximo uma da outra, ainda lá continua. Significa que, muitas das vezes, aquilo que nós pedimos e solicitamos não tem andamento. É o que nos leva a crer. São pequenas coisas, que nos fazem pensar, nas grandes coisas como é que serão." -----

Presidente da Câmara - "Vou tentar corrigir isso. Agora não consigo explicar a situação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas com referência ao ano de 2012, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativo ao ano de 2012; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

Florbela Caixinha - Apresenta declaração de voto (doc.3). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Rua do Município – 8200-863 Albufeira

DECLARAÇÃO DE VOTO

***REPARTIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE O ESTADO E OS MUNICÍPIOS
– PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS –***

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e do n.º 1 do artigo 20. da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

Sob proposta do Executivo, pretende deliberar-se no sentido da Assembleia Municipal de Albufeira fixar a participação de 5% no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Albufeira, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º o Código do IRS, que incidirá sobre os rendimentos dos contribuintes referentes ao ano de 2012.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vê com enorme preocupação mais um agravamento das condições económicas da população de Albufeira, num contexto de crise gravíssima que tem tendência a agudizar.

O município não pode, nem deve, acompanhar a fúria taxativa do Governo. Os cidadãos já chegaram ao seu limite.

Na verdade, o aumento das taxas municipais, bem como os novos valores do aumento de água, são elucidativos do peso que tais custos representam para os munícipes.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sensibiliza a maioria nesta Assembleia para, à semelhança do ano transacto, retirar a proposta do Executivo e aplicar, como será de justiça, a taxa de 0%, por forma a permitir um maior desafogo às famílias e consequentemente um desenvolvimento mais sustentado da realidade económica do concelho.

A não se verificar tal posição só restará ao Partido Socialista votar contra esta proposta.

A Câmara Municipal tem que ser um parceiro neste momento de dificuldade. Não pode ser mais um elemento destabilizador.

6.



Na verdade, e ao contrário do que mandam as boas regras, deverá o Município cortar na despesa e não sobrecarregar os munícipes com mais impostos e taxas, o que naturalmente só trará mais recessão económica e menos desenvolvimento para o concelho.

O aumento de impostos e de carga fiscal só terá o efeito contrário, uma vez que diminuindo o rendimento das famílias, também estas pagarão menos impostos e em consequência o Executivo arrecadará menos verba.

A solução, está sim, no corte da despesa que o Partido Socialista tem vindo a apontar ao longo dos anos, relativamente aos diversos orçamentos, e que a maioria tem vindo a menosprezar, verificando-se agora uma situação de quase rotura das finanças municipais.

Albufeira, 22 de Dezembro de 2011

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

4.

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do lançamento de derrama para o ano de 2012, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente - "Primeira situação. Iria questionar o Sr. Presidente da Câmara se pudesse, com autorização do Sr. Presidente da Assembleia, responder, seria óptimo, antes de apresentar mais outros assuntos. Qual o valor que irá envolver, concretamente, para 2012, sobre a derrama na parte das empresas? E olhando para as empresas hoje. Estamos a falar um pouco para o futuro, mas os dados estamos a falar para hoje. O que é que irá representar a derrama em termos de receita para a Câmara Municipal? Se o Sr. Presidente tiver possibilidades de informar." -----

Presidente da Assembleia - "É melhor fazer a intervenção toda. O Sr. Presidente toma nota e no fim responde. Penso que é melhor assim." -----

Vítor Clemente - "Nós fizemos um trabalhinho e iremos desenvolver. E pela primeira vez, que me recorde, que a Câmara Municipal de Albufeira, não é trazer este assunto à Assembleia, que já o trouxe, mas que está-nos a apresentar um valor para vir a ser votado nesta Assembleia em termos de derrama, a penalizar mais uma vez aquilo que chamamos empresas e convidando as empresas, possivelmente, a domiciliarem-se noutra concelho." Lê documento (doc.4). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Rua do Município – 8200-863 Albufeira

DECLARAÇÃO DE VOTO

LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE 2012

Nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). Estabelece ainda o mesmo artigo, no n.º 4, que a Assembleia pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€.

O Executivo propõe à Assembleia Municipal a fixação da taxa máxima de derrama permitida para o ano de 2012 (1,5%), para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150 mil euros, e aplicar a taxa reduzida (0,75%) para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150 mil euros.

Mais uma vez, e à semelhança do ponto anterior, o executivo está a cometer um grave erro, ou seja, pretende onerar, ainda mais, as empresas que já se encontram numa situação financeira difícil o que pode para muitas delas, vir a ser o seu fim com a consequente declaração de insolvência, facto esse que infelizmente tem aumentado exponencialmente no nosso concelho.

Num contexto de grandes dificuldades económicas e financeiras, acrescido da forte pressão do Governo da República no aumento da carga fiscal, deverá a autarquia dar o seu contributo no sentido de incentivar, dentro das suas possibilidades, a actividade comercial, turística e industrial da maioria das empresas do Concelho. Por essa razão, a taxa deveria ser mantida nos 0% de derrama, conforme tem sido tradição neste Concelho.

Diga-se que desde o 25 de Abril este é o primeiro ano em que a Câmara Municipal se propõe lançar uma derrama sobre os rendimentos de IRC, que conjugado com a situação económica actual, implicará sem dúvida o aprofundar da espiral negativa com a consequente degradação da economia local.

Entendemos pois que os membros da Assembleia Municipal, de acordo com a posição tomada no ano transacto, devem rejeitar a proposta do Executivo, por forma a permitir um maior desafogo às



empresas locais, que enfrentam já numerosas dificuldades. A solução está no corte da despesa que o Executivo não prossegue, uma vez que apresenta orçamentos cada vez mais elevados e perfeitamente irrealizáveis e fantasiosos.

Na eventualidade de a maioria assim não entender, só restará ao Partido Socialista votar contra mais esta medida injusta.

Albufeira, 22 de Dezembro de 2011

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

5-

Luís Reis - "Boa noite a todos. Eu constato que vários pontos da ordem do dia são extremamente penalizadores quer para o contribuinte singular, quer para as empresas, que me leva neste ponto a mostrar o meu desapontamento por termos chegado a uma situação de tal ordem, que até os contribuintes estão a ser penalizados. Já não basta, como já foi aqui dito, que o Governo da República nos encharca, diariamente, com situações penalizadoras e, temos uma Câmara que arreboça e aproveitando os últimos cartuchos que tem para nos penalizar, resolve pô-los na prática. Compreendo que a Câmara possa ter e tem dificuldades financeiras. Eu não me sinto responsável por tal, contudo tenho de pagar como todos os outros. Penso que a maior parte daqueles que cá estão, meus colegas de trabalho, eventualmente, não tenham participado na falência desta Câmara, que a obriga, presentemente, a lançar todas estas situações. Eu sinto-me bastante penalizado e sensibilizado com todos estes factos que estão aqui a aparecer, que nestas últimas sessões temos vindo a notar, e estou bastante aliado às pessoas que diariamente me contactam e que se pronunciam sobre as situações presentes e os temores futuros. E nada que esta Câmara presentemente tenha andado a fazer, faz com que as pessoas se possam sentir um pouco mais seguras no futuro. Eu sei que o país e o Governo da República nem sequer dá abertura a esse tipo de situação, mas uma Câmara que lida com a população local deveria tentar incentivar um pouco, com mais esperança, do que este conjunto de medidas que são, normalmente, automaticamente aprovadas sem ninguém reclamar, a não ser a oposição. Parece que neste Partido que presentemente governa esta Câmara, estão todos de acordo com o aumento de impostos, com o aumento das contribuições, nada funciona mal, está tudo bem. Eu perguntava à mesa, ao Sr. Presidente se me quisesse responder: qual o grande plano de austeridade que esta Câmara tem para conseguir ultrapassar as dificuldades que nós temos e ainda para ficar um resto de dinheiro para conseguirmos, na cantina que serve refeições, se calhar, dar jantares também? Que grande plano de austeridade que nós temos? Ou só andamos a reboque das mensagens, das leis e dos impostos lançados pelo Governo da República, ou conseguimos andar um pouquinho mais para a frente? É só isto que eu tenho para dizer." -----

Presidente da Câmara - "Queria responder e queria também, se me permitir, por em cima da mesa duas ou três situações que me parecem importantes neste ponto. A questão da derrama é, obviamente, a primeira vez que o município entra neste processo. Mas também é verdade que, praticamente, todos os municípios para não dizer do país, mas do Algarve, os que não tinham também passam a ter. O valor que esta derrama se perspectiva é na volta dos seiscentos mil euros. É menos do que aquilo que a Câmara gasta no apoio ao arrendamento às pessoas deste concelho. Há aqui duas componentes, que são: 1.5 acima dos cinquenta mil euros e 0.75 abaixo dos cento e cinquenta mil euros. E portanto, os 0.75 abaixo dos cento e cinquenta mil euros, no contexto do orçamento, é um valor muito residual. O restante permite, aquilo que sempre dissemos, as empresas que se instalam no concelho, estamos a falar das "Makros", dos "Continental", dos bancos, estamos a falar de um conjunto de empresas que aqui estão e que nunca contribuíram, em nenhuma circunstância para aquilo que é o

benefício desta terra sobre essa matéria. Esta derrama permite que se alcance alguns valores que são importantes para aquilo que são despesas que o município tem. Por outro lado e eu gostava de explicar, já fiz esta abordagem na reunião de Câmara e o Sr. Vereador David ouviu o que eu disse e tem sido a minha luta nestes últimos meses, demonstrar por "A" mais "B", que o município de Albufeira que tem 42% das camas do Algarve, que dormem aqui quase seis milhões de pessoas por ano, que tem uma despesa bruta em termos daquilo que é a sua responsabilidade para as verbas do produto turístico que vai para Lisboa, que não é ressarcida em nenhuma circunstância desse investimento, que tem uma despesa com limpeza, que tem uma despesa com vinte e cinco praias, tem uma despesa com uma série de factores e de pensões que são, obviamente, exigentes nesta imagem do concelho, e do qual, com as verbas que vêm do Orçamento de Estado é muito menos do que as verbas dos concelhos do interior. Há aqui, obviamente, uma diferença entre aquilo que o município produz e aquilo que o município recebe. Esta é claramente a grande diferença, que a Lei das Finanças Locais, até agora, nunca teve em atenção este tipo de município, este tipo de especificidade, e que no contexto da nova alteração da Lei das Finanças Locais isso possa acontecer. Portanto, o que está aqui em causa é a sustentabilidade do município, evidentemente, em função daquilo que o município representa para a riqueza do país e que não tem aqui, digamos, resposta. E esta questão da verba da derrama, é uma forma também de encontrar empresas solidárias, que estão no concelho e que nunca contribuíram para esta exigência e para esta despesa que o município faz em manter uma cidade disponível, na limpeza, através de mobilidade urbana, degradação do espaço público, tudo isto em função do número de pessoas que passam por Albufeira ao longo dos anos. E aquilo que as empresas lucram em termos das refeições, das bebidas, das dormidas, do comércio e do serviço, obviamente que, nesse contexto, todas aquelas taxas IVAs, IRCs, IRSs, há aqui uma componente que nós nem sequer vemos. Não vê Albufeira, como não vê Portimão, como não vê Loulé. Há que dar um sinal diferente. E o sinal diferente é que nós temos uma cidade com 42% de capacidade hoteleira da região, é uma cidade onde os investimentos nos hotéis e na hotelaria permite que, depois com o seu funcionamento durante alguns meses haja necessidade de pessoal a trabalhar. E depois, como o Algarve vive da sazonalidade, vamos ter quatro ou cinco meses complicados. Como as pessoas procuram emprego onde eventualmente há emprego, há aqui um período que é difícil em termos das percentagens de desempregados. Há municípios neste país que não têm, nem emprego, nem receita e não têm estabilidade nenhuma, porque não há essa facilidade. Aqui, ainda temos essa possibilidade, de termos sol, termos praias. E o investimento que nós fazemos é muito grande. O investimento que se faz para termos uma cidade turística, para os turistas virem aos seus bares e aos seus restaurantes, a cidade e o concelho precisa de investir. Temos uma manutenção do sistema de águas que dá para quarenta mil e dá para quatrocentos mil. Isso tem preço, tem custo. São esses números, associados à necessidade dessa gestão, dessas preocupações, dessas rupturas. É a cidade que nós temos. Uma cidade que tem uma capacidade de resposta muito grande, uma cidade que recebe bem, tem

muito alojamento, tem bons serviços, mas que depois chega a altura que é preciso pagar e oferecer esses serviços. E o Estado Central, seja ele qual for o Governo, nunca se preocupou com isso, em nenhuma circunstância. Agora, estamos a preparar um documento, para o qual já pedi ao Vereador David para dar elementos, se quiser, no contexto de melhorar esse documento, para dizer a este Governo ou a outro que venha, que um município como Albufeira tem que ter uma especificidade diferente e tem de ser olhado diferentemente. Nós estamos a ser olhados como um concelho, no contexto nacional, com quarenta e um mil habitantes. Esta é a realidade do concelho de Albufeira! É na Reforma Administrativa, é no Livro Verde, é na Lei Eleitoral. Enquanto eu cá estiver, é reagir contra isto! E dizer que para ter uma cidade a funcionar, para receber riqueza para Albufeira e para o país, é preciso investir. E não havendo receita, porque a receita até há três, quatro anos existia do quê? Existia da imobiliária, dos alvarás de loteamentos e todos nós, de uma forma geral, vivemos disso. A dinâmica turística continua a funcionar, e cada vez que Albufeira faz promoção no exterior está a empobrecer os cofres do município e está a procurar que venham pessoas para "alimentar" aquilo que é a economia local. Esta é a realidade de Albufeira. Continuamos a estar num concelho em que, sendo rico no contexto em que é imagem, é pobre no contexto da sua execução em termos de caixa. Porquê? Porque o investimento é muito forte para mantermos um concelho a funcionar e a dar resposta concreta. Aqui, a derrama, entra neste processo. Porquê? Porque é a forma de nós podermos dizer às empresas que aqui estão, porque elas não vão para outro lado, elas até querem vir para cá. Os bancos não se vão embora por causa disto, as Makros, os Modelos, os Continentes, não vão para fora, até querem fazer mais. Esse processo não se põe aqui, e eles têm de ser solidários com as necessidades que nós temos com as bolsas de estudo, com os arrendamentos que estamos a fazer, para uma série de acções solidárias que estamos a fazer. O dinheiro tem de sair de algum lado. A diferença de um investimento de uma cidade como esta, de um concelho como este, dos quarenta e um mil habitantes que os Sensos nos dão para os trezentos cinquenta, quatrocentos mil que nós temos em determinada altura, há uma diferença de cerca de trinta milhões de euros em termos do funcionamento, das infraestruturas, do pessoal e de tudo isso. Estas são as diferenças, estão quantificadas. A cidade funciona e o concelho funciona em termos da promoção, em termos dessa execução. Agora, obviamente, o município está a ser prejudicado por ter essa capacidade de resposta e essa capacidade de criar riqueza para o concelho e para o país. Eu gostava que também interiorizassem isto um pouco, porque obviamente há aqui números e há dados muito específicos sobre isto. Um concelho que não tenha que fazer promoção turística, gasta trinta mil euros, Albufeira se não gastar dois milhões de euros não pode fazer promoção turística. Nós fazemos com muito menos, é apenas para dar exemplo. Esta é a diferença entre municípios como este e municípios do interior, que recebem quase o dobro do que nós recebemos nesta cidade. Sr. Presidente era o que queria dizer nesta abordagem." -----

Paulo Freitas - "Quem ouve os argumentos do partido socialista fica com a pura sensação que a Câmara Municipal de Albufeira é a única a tomar este género de

decisão, quando nós sabemos que no Algarve, se não todas, apenas haverão dois ou três municípios que não tomarão esta iniciativa, de aumentar ou de começar a cobrar esta taxa. Bem sabemos que muitas Câmaras Municipais do partido socialista também o fazem, inclusivamente, aquela em que o Presidente de Câmara tido como autarca modelo também defende a derrama na sua taxa máxima. É estranho não ter ouvido qualquer crítica ao facto de a Câmara Municipal de Lisboa também cobrar esta taxa. Há essa necessidade, todos nós temos essa consciência, mas mais do que haver a necessidade também há um reajustamento das cobranças e das receitas por parte do município. Esta é uma medida que é legal, ninguém gosta de pagar mais impostos do que aquilo que deve, mas a verdade é que não se consegue fazer obra social se não houver receita. Este executivo tem demonstrado, ao longo destes anos, essa preocupação e, certamente, não o deixará de fazer e o Sr. Presidente trouxe-nos esses exemplos concretos relativamente às questões de aplicação desta taxa e apenas temos de nos congratular com a continuidade do esforço social que este executivo tem estado a fazer." -----

Luís Reis - "Eu penso que o Sr. Presidente respondeu, deu-me uma noção do plano de austeridade que a Câmara tem intenção de desenvolver, que será, lutar contra a má distribuição dos dinheiros em si que não cobrem as despesas que a Câmara tem obrigação de fazer para conseguir incentivar todo este pedido que por cá temos e que todos nós conhecemos. Estas Assembleias em que temos debatido durante este ano, eu as classificaria como as "Assembleias do lamento". Porque lamento imenso que a Câmara chegue ao ponto onde está, e que se encontre numa vertigem de que é necessário continuar a dar azo à situação que desembocou na catástrofe, podemos chamar, da parte da construtiva e restauração, a nível hoteleiro, que presentemente se vive em Albufeira, que se continue e que se tenha chegado a este ponto sem se ter anteriormente previsto, que é passível de ser previsto, que eu tenho pessoas que já previram esta situação de há cinco anos para cá, e que a Câmara não tenha com todos os seus colaboradores e trabalhadores, previsto. Isto não pode ser uma "D. Branca", em que presentemente, não há dinheiro e agora descarrega-se as situações pelos contribuintes. Quanto ao plano de austeridade, eu não vejo esse plano com todas as vertentes passíveis. Deve ser um plano de austeridade de combate, realista e que mostre, dentro das nossas capacidades e dentro da nossa administração, sinais de que vamos conseguir algo de mais positivo para nós, sem ser, estar a contar de que vamos estar contra a má distribuição dos dinheiros que nos devia caber mais e que não nos cabem, porque isso é uma luta que, com certeza, já está há muito iniciada. Não vejo um plano de austeridade que nos apoie e que nos dê medidas, presentemente, para o futuro imediato. Vejo uma Câmara tão grande e com tão fracos recursos financeiros e com tanta gente aqui a trabalhar. Eu não consigo sair desta Assembleia, ir para a rua e amanhã dizer qual o plano de austeridade que a Câmara de Albufeira tem. A única coisa que deduzi daquilo que o Sr. Presidente, amavelmente, teve a gentileza de me dizer, é que o nosso plano de austeridade está sustentado por aquilo que no futuro vamos conseguir mais financiamentos para cá. Mas isso, eu não considero um plano de



austeridade, isso é uma luta permanente. Um plano de austeridade é dizer que dentro deste "monstro" que aqui temos montado, quais as possibilidades que temos para o amanhã." -----

Presidente da Câmara - "Este "monstro" que está montado construiu várias escolas, requalificou escolas, construiu vários pavilhões, construiu equipamentos culturais, construiu acessibilidades, construiu uma série de infraestruturas, recupera infraestruturas e mantém o abastecimento de água, recolhe não sei quantas toneladas de lixo todas as noites das praias. Este "monstro" que aqui está, é o "monstro" que falei há bocado de servir este conelho para a imagem que tem. Portanto, este é o "monstro" que nós temos. Que tem milhares de alunos que, a nível nacional, é dos concelhos que na educação está referenciado como um dos melhores do país. Onde nós tínhamos, há dez anos, mil miúdos a praticar desporto e agora temos seis mil. Onde tínhamos três ou quatro pavilhões e agora temos dez ou onze. Onde não tínhamos piscinas e temos vários profissionais nas piscinas. Temos um conjunto de equipamentos que ao longo destes anos fomos construindo para uma cidade que se foi organizando para prestar serviços. Serviços aos hotéis, a todo o lado. As pessoas chegaram cá, estavam a trabalhar mas, depois, não tinham vida nem equipamentos. Os últimos dez ou doze anos, porque já havia alguns, este "monstro" foi-se criando assim. Portanto, neste momento, esses equipamentos precisam de gente para trabalhar. Essas crianças precisam de gente que esteja nos pavilhões. Os clubes, que prestam um serviço notável, precisam de formadores, treinadores, para funcionar. Este "monstro" dos equipamentos sociais, dos acordos com as IPSSs, dos acordos com as instituições, têm todos os anos uma verba significativa para essas áreas. Se nós colocarmos aquilo que são, a manutenção das infraestruturas, a rede de infraestruturas, de saneamento, as escolas, os equipamentos sociais, a questão da biblioteca, a questão das piscinas e tudo isto, é realmente um "monstro", mas é este "monstro" que tem dinamizado a economia local ao longo destes anos todos. É este "monstro" que tem servido para que Albufeira tenha 40% da capacidade hoteleira e tenha no turismo nacional um ponto de referência. É este "monstro" que faz as promoções desta cidade em vários países e em vários locais, para que haja mais turistas a vir. E isto só se faz com pessoas. Há cidades neste país que têm equipamentos que estão fechados porque nem sequer têm crianças, nem jovens, nem idosos, para estarem lá. Nós temos equipamentos que estão subrelotados e temos de fazer um investimento, que custa muito, os nossos transportes, os nossos motoristas, que andam com as crianças por todo o lado para que eles não andem na droga, nem por esses caminhos. Este foi o "monstro" que foi criado, que desde há dois anos para cá com a queda do país, caiu num processo onde a receita não alimenta este "monstro" que tem um trabalho fantástico naquilo que é a questão social, a questão desportiva, a questão cultural e a questão da educação nesta terra. Este é o "monstro" que nós temos feito, com um esforço muito grande de toda a gente. E podemos ser críticos. Se tivesse aqui o Partido Socialista o caminho seria outro, mas este tem sido o nosso caminho, e o nosso caminho tem sido com o objectivo de criar condições de valorização e qualidade de vida das pessoas. Portanto, é este o nosso



caminho. Enquanto eu for autarca é isto que defenderei. E o “monstro” que eu construí está aí, tem nome, tem projectos, tem obra e gente a utilizar, coisa que em muitos sítios não tem.” -----

Carlos Lima - “Boa noite Sr. Presidente boa noite a todos. Eu na altura da intervenção dos membros da Assembleia tive para fazer uma pequena intervenção para, pelo menos, desejar um Bom Natal a toda a gente, mas achei que isso era muito pouco e ia ter que dizer mais e por isso é que não disse nada. Porque se calhar teria que repetir tudo o que disse aqui há um ano em relação à panorâmica do país e aos sacrifícios que estamos a passar e daria comigo a “elogiar” o trabalho que o Sócrates fazia em comparação ao que está a ser feito agora. Só por poder entrar por aí é que achei que não deveria fazer intervenção nenhuma. De qualquer maneira, desejo um Bom Natal a todos, se for possível. Cada vez vai ser mais difícil, as pessoas com sinceridade, desejarem um Bom Natal e um próspero Ano Novo a qualquer pessoa. Penso que só mesmo em termos irónicos é que isso é possível citar. Ando com a tensão um bocado alterada e estava a pensar em não dizer nada. Mas como não consigo estar calado e sobre este ponto, em concreto, queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente: se se sabe, porque eu acho que a derrama quando é aplicada tem de se saber concretamente qual é o objectivo e se o objectivo está devidamente definido? Depois disso, gostava de dar a minha opinião sobre a derrama. Eu acho que a derrama, desde sempre, devia ter sido aplicada neste concelho. Eu cheguei a propor “montes” de anos, quando foi para fazer a piscina, eu achei que se devia aplicar uma derrama, porque os comerciantes que na altura faziam bons negócios, que se ganhava muito dinheiro, a economia de Albufeira era florescente, podia e devia-se, na altura, para fazer o pavilhão, e estou a ir contra às palavras que o Sr. Presidente disse, terá que ser a Makro, os bancos, essa gente toda tem que contribuir para o bem-estar das populações, neste caso, de Albufeira. Nunca lhes foi pedido esse esforço! Nem uma vez desde o 25 de Abril! Nunca percebi porquê. Se calhar, como o dinheiro entrava a jorro, havia dinheiro com fartura, não era preciso mexer nesses senhores. Se calhar, bastava os trabalhadores, bastava pagar maus ordenados, e a Câmara conseguia fazer tudo. E fez tudo, sim senhor! Mas nunca, por nunca achou bem pedir a contribuição dessas pessoas, e agora, de repente, acharam que essas pessoas têm que começar a contribuir. Já deviam ter contribuído, sempre! O que não concordo, é que seja pedida a contribuição, precisamente, quando eles estão de rastos. Pedir a contribuição de um funcionário público do 13º mês e subsídio de férias, isso não é pedir a contribuição, isso é um roubo. É espoliar as pessoas. É voltar a fazer com que as pessoas vivam ao nível do séc. XIX. É escravatura. É pôr as pessoas de mão estendida, a pedir esmola para quem tem possibilidades de dar a esmola passar a ser um grande senhor, como era antigamente, quando as pessoas iam para a porta da igreja pedir a esmola e os senhores saíam e faziam uma boa acção. Espero bem que esses tempos não se estejam a aproximar. Mas parece que é isso que se está a tentar promover. Já me estou a afastar um bocado, já chamei à atenção de mais um ou dois pontos. Queria terminar só dizendo: apesar de ser, como sempre fui, a favor da aplicação de derramas, porque

quem tem dinheiro tem que contribuir, como muito bem disse o Sr. Presidente, foi extremamente claro naquilo que disse e concordo com tudo o que disse, só é pena que seja feito só este ano, com os comerciantes e todo o tecido económico fragilizado. Portanto, acho que não é a melhor altura para aplicar isto, que de resto, acho que todos têm que contribuir e desde sempre deviam ter contribuído e nunca contribuíram. Boa noite e obrigado." -----

Francisco Oliveira - " Relativamente a esta questão da derrama e a necessidade da mesma, eu quero aqui relembrar que nós não temos neste momento só o problema da derrama: temos o problema do IRS que sobre os funcionários e todos os trabalhadores que, efectivamente, estejam sedeados em Albufeira vão ter que pagar estes 5%; temos o aumento da água que aconteceu há cerca de um ano e tal e que neste momento vai ser alterado outra vez; temos a questão que falámos há pouco, do aumento do "Giro" e, portanto, mais aumento para a população de Albufeira. Tudo isto somado, e somado aos impostos nacionais, aos cortes e às dificuldades que estamos a passar, realmente, estamos aqui para verificar o que efectivamente poderá ser o futuro. Se calhar é nestas alturas de grande confusão que ainda surgem estas enormes dificuldades. E estas enormes dificuldades, eu acredito que a Câmara Municipal não tenha receita e, aliás, como no próprio orçamento se verifica e que depois falaremos mais à frente, temos aqui situações em que estavam previstas execuções na ordem dos trinta e cinco milhões e neste momento temos qualquer coisa como dezoito. Estavam aqui previstos qualquer coisa como cem milhões e em Setembro estavam executados ainda menos que quarenta milhões. Portanto, de facto, há aqui uma série de situações que discutiremos posteriormente. Mas é nesse sentido então e, se calhar, até para de certa maneira, dar aqui um contributo relativamente a esta situação, até porque durante anos estas grandes empresas o que fizeram, foi retirar do panorama de Albufeira, do próprio tecido empresarial e do próprio tecido social, enormes benefícios, a razão pelo qual não se deixaria, efectivamente, esta situação relativamente às empresas que tivessem mais de cento e cinquenta mil, mas se deixasse de taxar, como o Sr. Presidente há pouco referiu, que o valor abaixo dos cento e cinquenta mil, aquela percentagem é um valor relativamente reduzido, era uma forma de permitir que o comércio local e os agentes locais que efectivamente facturam valores bastante mais baixos, não tivessem que contribuir, não tivessem essa penalização. Portanto, assim, penalizar, neste momento, quem possa contribuir para esse efeito e deixar com algum desafogo as entidades que assim não o podem fazer. Portanto, aplicaríamos a taxa 0%, relativamente àqueles que estariam abaixo dos cento e cinquenta mil. Isto, porque não estamos só a falar da derrama, como disse há pouco estamos a falar de toda uma série de iniciativas por parte de Câmara Municipal no sentido de arranjar receitas e que, naturalmente, irão repercutir no tecido empresarial de Albufeira, nas situações sociais e, portanto, acaba por ser uma situação de bola de neve. O Sr. Presidente falou aqui que, estão empenhados na questão social e, naturalmente, retirando toda esta possibilidade às famílias e aos munícipes de Albufeira, naturalmente que a Câmara Municipal vai ter uma carga bastante maior." ---



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Ausências: duas (02) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração à Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Albufeira, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, na redacção dada pela Lei n.º5-A/02 de 11 de Janeiro, de 23 de Outubro de 18 de Setembro e nos termos do art.6º da Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Ausências: duas (02) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----



O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Ausências: duas (02) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO OITAVO e PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2012/2015, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2012, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta os dois pontos para serem discutidos em conjunto e votados separadamente. Ninguém se opõe e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - "Na sequência das várias intervenções que aqui tivemos, depara-se agora uma situação realmente confusa. O Sr. Presidente acabou há pouco de referir, as dificuldades, as reduções, relativamente à receita, e nós reparamos neste orçamento em que se prevê do lado da receita um aumento de 13,67%. Ou seja, verificando-se através das várias tabelas que fazem parte deste orçamento que a exequibilidade do mesmo, tem vindo a decrescer desde 2008 até à data, verificando-se situações, por exemplo, em 2009 a receita estava prevista de 79 foi exequível em 63, em 2010 de 76,53 e verifique-se a de 2011, prevista para 76, em Setembro deste ano estava executada em 35. Ou seja, em orçamentos na ordem dos noventa e cem milhões de euros, a exequibilidade é de cerca de sessenta, cinquenta e, neste caso, até Setembro, de menos de 40%. Não se entende como é que se propõe um orçamento para 2012 de cento e treze milhões, ou seja, com um aumento de 13% sobre o anterior, quando a exequibilidade é, efectivamente, reduzidíssima. Dou um exemplo concreto. Impostos directos: a previsão para 2011 era trinta e cinco milhões, foram executados dezoito milhões, está previsto para 2012 qualquer coisa como trinta; Rendimentos de

propriedades: estavam previstos três milhões, foram executados até Setembro sessenta e cinco mil euros, está prevista para 2012 dezasseis milhões; Vendas de bens e serviços correntes, previsto inicialmente vinte e oito milhões, executados dez e estão previstos para 2012 trinta e quatro milhões; Venda de bens de investimento, em 2011 a previsão inicial era dezasseis milhões, foram executados nove mil cento e trinta e seis e estão previstos qualquer coisa como dezasseis milhões. Isto dá aqui uma ideia que, quando comparamos o peso entre as despesas corrente e capital, a situação é também preocupante. Verifica-se que 81% do montante total do orçamento será gasto em despesas correntes e só cerca de 18% na despesa de capital. Temos ainda situações preocupantes quando se verifica, pelas tabelas, entre a receita e a despesa, que em Setembro deste ano e conforme as tabelas que foram apresentadas, tínhamos para um orçamento, como já referi há pouco, de cem milhões de euros, executados trinta e oito milhões. Mas tínhamos na despesa, em Setembro, qualquer coisa como quarenta milhões. O que quer dizer que em Setembro deste ano a Câmara tinha um défice de dois milhões de euros. Isto em números muito redondos. E, portanto, parece-nos perfeitamente fantasio que se proponha um orçamento de cento e treze milhões de euros quando, pelo menos, pelos dados que aqui temos, em Setembro ainda nem 40% do orçamento estava executado. E nesse sentido, é tudo mais que evidente que muitas das obras que aqui estão referidas, no respectivo orçamento, no plano plurianual de investimento, não podem ser realizáveis e terão dificuldade em ser realizáveis. Portanto, seria preferível ter aqui um orçamento de verdade. É impossível, não há forma de as conseguir fazer. Para além de outras que nem tão pouco verão a luz do dia e serão nados mortos porque, realmente, não há possibilidade de as executar. E é nesse sentido, que entendemos ser este orçamento pouco real, pouco concreto, não dando uma ideia clara e correcta do que é a actividade orçamental da Câmara Municipal de Albufeira e permitindo aqui, por assim dizer, uma especulação sobre áreas, sobre obras, sobre actividades, que na verdade não se poderão realizar. Nesse sentido, o Partido Socialista tem, de facto, uma opinião muito crítica face a este orçamento." ----

Vítor Clemente - "Completando aquilo que há pouco o Francisco Oliveira citava sobre a situação no conjunto destes dois pontos, tanto do plano como do orçamento, mais o orçamento em concreto, é compreensível que haja uma necessidade, que a Câmara tenha, através do seu executivo e do apoio que tem da Assembleia, que haja a defesa por parte da Câmara sobre a situação deste orçamento. Mas sobre os dados que o Francisco Oliveira citava, que são dados de Setembro, a Câmara já está munida de outros resultados no capítulo das receitas e, eventualmente, da parte das despesas, mas, mais concretamente da parte das receitas. E as receitas estão aqui, que eu consegui, até finais de Novembro. Para que possamos também comparar os valores de Setembro até a esta data, sobre o valor orçado para 2011 era de cento e quatro milhões, o valor neste momento cobrado é de cinquenta e cinco milhões. Faz hoje um ano, já nós levantávamos a questão do valor da parte do orçamento, hoje com cento e treze milhões, a apresentar para 2012. Mas dizia eu há pouco, que os resultados que foram apresentados em 2010 para 2011 também estão totalmente ultrapassados. E é



criminoso! Sabendo de antemão que não se atinge as verbas necessárias para a cobertura das despesas, mantermos sempre este tipo de processo e, de antemão apercebermo-nos que, de facto, existe a espada em cima de todos os autarcas, não só do executivo mas também da parte da Assembleia e esta em concreto, de responsabilidade neste assunto. Este é o documento mais importante da Câmara Municipal. Porque é através dele que ela tem que executar toda a sua actividade, no bom sentido e no mau sentido. Para fazer a misericórdia ou para prestar como bom samaritano, a Câmara tem de ter a necessidade e tem de ter o dinheiro porque senão não consegue fazê-lo. É compreensível. Mas criar em termos de receita cento e treze milhões para 2012, apercebemo-nos de antemão que possivelmente ficará na casa do 60, 70%, devemos começar a ser mais realistas do que no passado. Porque neste preciso momento e citando também aqui o há pouco dito, no capítulo das receitas de capital, estava previsto vinte e quatro milhões, foram recebidos a trinta de Novembro dois milhões e oitocentos mil. Das correntes, estavam previstas setenta e seis milhões, estão cobrados quarenta e oito milhões. Isto porquê? Porque também há a situação em termos de desvios de valores e ainda bem, alguma coisa terá que ser positivo. No que diz respeito ao capítulo da ocupação pública, a verba estava de cento e trinta e nove mil euros e irá ser recebido cerca de duzentos e setenta e seis. Tem um super ávido de 197%. Alguns capítulos têm, mas são poucos. O que é que atingiu mais? Atingiu a ocupação pública, atingiu a publicidade, atingiu os juros de mora, as multas, as coimas. Isso é que, de facto, fez subir também de certa maneira o capítulo da receita. Por isso, meus caros, a posição do Partido Socialista, é bem demonstrativa. Estamos muito iguais ao ano anterior e, infelizmente, a Câmara não conseguiu obter as verbas necessárias em face da receita do ano de 2011 e concretamente daquilo que se irá passar em 2012, não prevendo o futuro mas cheirando um pouquinho, irá também ser pior 2012 e será pior do que 2011. Por isso a nossa posição irá ser contra." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca os pontos a votação, separadamente. -----

VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2012/2015 -----

Votos contra: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----



VOTAÇÃO: ORÇAMENTO PARA O ANO 2012 -----

Votos contra: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

Francisco Oliveira - Apresenta declaração de voto (doc.5). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Rua do Município – 8200-863 Albufeira

DECLARAÇÃO DE VOTO

Orçamento 2012 e Grandes Opções do Plano para 2012-2015

Como é sabido, os munícipes de Albufeira vivem actualmente momentos de grande incerteza em relação ao futuro.

São disso exemplo:

- os milhares de desempregados, sem perspectivas a curto, médio ou longo prazo. A solução de emigrar, retomando a prática de décadas atrás, parece estar a ganhar terreno;
- as milhares de famílias, cujos rendimentos têm sistematicamente vindo a cair, em função dos cortes rigorosos, dos aumentos de taxas e impostos, por vezes cegos, que o Governo da República e o município têm aplicado. No limite, iremos verificar que esta situação obrigará várias famílias a retirar os seus filhos das creches e infantários, das escolas, das universidades; entregar as suas casas à banca ou vendê-las ao desbarato; perder a sua condição financeira e social;
- as empresas turísticas, principal actividade deste concelho, que terão uma previsível quebra no negócio nos próximos anos. Recorde-se, unicamente, e a título exemplificativo, o efeito explosivo da mistura de: portagens na Via do Infante, o aumento da taxa do IVA na restauração e o corte do subsídio de Natal e Férias dos Portugueses. Mau augúrio para Albufeira e para o Algarve!
- as empresas, de outros ramos de actividade, para além do turismo, cujas dificuldades crescem diariamente, motivado pela situação dos mercados nacionais e internacionais, pela falta de liquidez dos consumidores e pelo crescente volume de impostos aplicados;
- os mais pobres e desfavorecidos para o qual as suas baixas pensões, rendimentos sociais de inserção e outras medidas sociais cada vez são mais curtas para pagar medicamentos, comida, transportes, etc.

É um cenário negro. Não vale a pena "tapar o sol com a peneira". A esperança, apesar de o ditado dizer que "é a última a morrer", poderá ser difícil de manter caso não veja uma luz ao fundo do túnel.

Passemos, então, à análise dos documentos em apreciação nesta Assembleia e os números aí apresentados.

O Orçamento para 2012 prevê, do lado da **receita**, em relação ao Orçamento de 2011, um **aumento que ronda os 13,67%**. Isto está associado a uma **subida, nas receitas correntes, na ordem dos 21,95%**, motivada, sobretudo, pelo aumento dos rendimentos de propriedade em 464% (de 3M€ para 16,9M€) e pela venda de bens e serviços correntes em 22% (de 28,5M€ para 34,8M€). Do lado da receita de capital, prevê-se uma **ligeira redução na ordem de 12,54%**. Tal é motivado, em particular, pela rubrica dos activos financeiros.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Rua do Município – 8200-863 Albufeira

DECLARAÇÃO DE VOTO

Orçamento 2012 e Grandes Opções do Plano para 2012-2015

Como é sabido, os munícipes de Albufeira vivem actualmente momentos de grande incerteza em relação ao futuro.

São disso exemplo:

- os milhares de desempregados, sem perspectivas a curto, médio ou longo prazo. A solução de emigrar, retomando a prática de décadas atrás, parece estar a ganhar terreno;
- as milhares de famílias, cujos rendimentos têm sistematicamente vindo a cair, em função dos cortes rigorosos, dos aumentos de taxas e impostos, por vezes cegos, que o Governo da República e o município têm aplicado. No limite, iremos verificar que esta situação obrigará várias famílias a retirar os seus filhos das creches e infantários, das escolas, das universidades; entregar as suas casas à banca ou vendê-las ao desbarato; perder a sua condição financeira e social;
- as empresas turísticas, principal actividade deste concelho, que terão uma previsível quebra no negócio nos próximos anos. Recorde-se, unicamente, e a título exemplificativo, o efeito explosivo da mistura de: portagens na Via do Infante, o aumento da taxa do IVA na restauração e o corte do subsídio de Natal e Férias dos Portugueses. Mau augúrio para Albufeira e para o Algarve!
- as empresas, de outros ramos de actividade, para além do turismo, cujas dificuldades crescem diariamente, motivado pela situação dos mercados nacionais e internacionais, pela falta de liquidez dos consumidores e pelo crescente volume de impostos aplicados;
- os mais pobres e desfavorecidos para o qual as suas baixas pensões, rendimentos sociais de inserção e outras medidas sociais cada vez são mais curtas para pagar medicamentos, comida, transportes, etc.

É um cenário negro. Não vale a pena "tapar o sol com a peneira". A esperança, apesar de o ditado dizer que "é a última a morrer", poderá ser difícil de manter caso não veja uma luz ao fundo do túnel.

Passemos, então, à análise dos documentos em apreciação nesta Assembleia e os números aí apresentados.

O Orçamento para 2012 prevê, do lado da **receita**, em relação ao Orçamento de 2011, **um aumento que ronda os 13,67%**. Isto está associado a uma **subida, nas receitas correntes, na ordem dos 21,95%**, motivada, sobretudo, pelo aumento dos rendimentos de propriedade em 464% (de 3M€ para 16,9M€) e pela venda de bens e serviços correntes em 22% (de 28,5M€ para 34,8M€). Do lado da receita de capital, prevê-se uma **ligeira redução na ordem de 12,54%**. Tal é motivado, em particular, pela rubrica dos activos financeiros.



Na generalidade, **tais aumentos são**, como insistentemente temos referido, quer na apreciação dos anteriores Orçamentos, quer durante a Prestação de Contas, **irrealistas e fantasiosos. Como é possível assumir esses valores se** nas diversas execuções ao longo dos últimos anos, e tendo presente os valores reportados a 30/Set/2011, **nunca chegaram minimamente ao esperado?** Só vejo uma justificação: **estão a especular a receita para dar cabimento à despesa. Isto é grave, muito grave! Dará origem a um “desvio colossal”!!!!**

Deixo alguns exemplos evidentes:

	Previsão Inicial 2011	Execução até 30/09/2011	Previsão Inicial 2012
Receitas Correntes			
Impostos Diretos	35.030.436€	18.821.696,27€	30.109.081€
Rendimentos de Propriedade	3.000.846€	65.332,95€	16.918.000€
Vendas de bens e serviços correntes	28.536.349€	10.773.522,72€	34.833.729€
Receitas de Capital			
Venda de bens de investimento	16.254.623€	9.138,05€	16.813.814€

Do lado da Despesa, **prevê-se uma despesa corrente** previsional de 92.071.031€, o que representa **uma subida, face ao ano anterior, de 22,04%**. Corresponde concretamente a um aumento bruto superior a 16,7 milhões de euros. Por outro lado, a **despesa de capital**, isto é o investimento, **prevê uma redução de 12,70%**.

Aprecie-se as tabelas seguintes:

Variação da Despesa Corrente	
Ano	Crescimento
2010	+ 25,37%
2011	+ 10,84%
2012	+ 22,04%

Em termos brutos, o acréscimo da despesa corrente registada entre 2009 e 2012 é superior a 38 milhões de euros!

Variação da Despesa de Capital	
Ano	Crescimento
2010	- 2,07%
2011	-34,80%
2012	-12,70%

Em termos brutos, o decréscimo da despesa de capital verificada entre 2009 e 2012 é próximo de 17 milhões de euros!

Quando comparamos o peso entre as despesas (corrente e capital) a situação é também muito preocupante. Verifica-se que **81,51% do montante total do Orçamento será gasto em despesas correntes e somente 18,49% são despesas de capital.**

Tais indicadores, ainda que previsionais, sustentam as críticas apresentadas pelo PS Albufeira de que **existe um crescimento contínuo na despesa corrente e uma redução no investimento**. Isto é, por outras palavras, **gasta-se cada vez mais para sustentar a máquina administrativa, pelo que resta menos para investir em obras necessárias ao concelho**. É o que comumente se chama um **orçamento despesista**.

Se analisarmos as duas tabelas dos Orçamentos de 2009/2012 de Receita e de Despesa, no âmbito da Previsão e Execução que se encontram em anexo (1 e 2), verificamos que em nenhum dos anos a Previsão Inicial foi executada na sua plenitude, tendo desde 2009 vindo a decrescer consideravelmente ao ponto de em 2011 a previsão inicial da receita ser de €



100.042.878,00 e ter sido executada somente até 30/Set/2011 € 38.813.900,05, ou seja, menos de 40%.

Acresce que na mesma data e no Quadro de Previsão e de Execução da Despesa o valor era de € 40.742.193,19 o que infere existir um défice de cerca de 2 milhões de euros entre a Receita e a Despesa.

Nesse sentido, é evidente que não é exequível nem razoável a proposta do Orçamento para 2012 que prevê um total de receita superior ao ano em curso, ou seja, uma subida de € 100.042.878,00 para € 113.725.120,00, na ordem dos 13,67%.

Este Orçamento é irrealista e de forma alguma exequível, uma vez que não espelha, nem tão pouco prevê a actividade orçamental da Câmara Municipal de Albufeira, com um mínimo de rigor e verdade.

Quanto ao **Plano Plurianual de Investimento**, pouco há a referir relativamente ao ano anterior. **Continuam os adiamentos sucessivos.**

Alguns exemplos:

- Adia-se a construção da EB 1 N.º 2 de Ferreiras;
- Adia-se a construção do Pavilhão Desportivo das Ferreiras,
- Adia-se a ampliação do JI dos Olhos de Água;
- Adia-se a construção da Creche, Centro de Dia e Lar nos Olhos de Água;
- Adia-se a construção de fogos de habitação social nos Caligos;
- Adia-se a requalificação do Parque Lúdico;
- Adia-se a requalificação urbana da zona de Montechoro;
- Adia-se a aquisição da massa falida da FACEAL;
- Adia-se a construção do Canil Municipal!
- E muito, muito mais.

Mas este ano há algumas surpresas. **Vários projectos foram simplesmente retirados, isto é, “morreram” antes de “nascer”.** Refiro-me, por exemplo, ao:

- Edifício do Lar da Guia – beneficiações e reparações (PPI 2011 – 100 mil €);
- Requalificação urbana dos arruamentos de Paderne (PPI 2011 – 480 mil €);
- Parque de estacionamento coberto e zona verde no recinto desportivo na Guia (PPI 1,650M€);
- Remodelação infraestruturas baixa tensão e iluminação entre a Ponte Barão e Rotunda da Esfera Armilar (PPI 2011 – 930 mil€);
- Estrada Patroves – Páteo e a EN526 (PPI 2011 – 3,780 M€);
- Ligação Quinta da Bolota – Construção do Arruamento (PPI 2011 – 3,654M€);

E, por fim, uma nota especial ao **Projecto do Parque de Turismo** que está agora previsto iniciar em 2014/2015, quer isto dizer: **não haverá projecto nenhum!**

Não resta, portanto, alternativa senão concluir o mesmo que no ano anterior já havia sido referido: **Albufeira vai continuar parada no tempo! Muitas promessas mas pouquíssima obra!**

Fica o registo da inclusão no PPI 2012, de 1.617.135,00€, para desenvolver o projeto da Aldeia da Solidariedade. Esperemos que, após tantos anos, em 2012 a obra nasça.

Por tudo quanto foi exposto não resta alternativa senão votar contra ambos os documentos.

Albufeira, 22 de Dezembro de 2011

Grupo Parlamentar do Partido Socialista



ORÇAMENTOS DA RECEITA DE 2009/2012

Previsão e Execução

Unidade: Euro

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011		2012	
	Previsão Inicial	Execução	Previsão Inicial	Execução	Previsão Inicial	Execução a 30/09/2011	Previsão Inicial	
RECEITAS CORRENTES:								
Impostos directos	45.324.873,00	38.324.857,45	43.682.220,00	29.086.578,74	35.030.435,00	18.821.696,27	30.109.081,00	
Impostos indirectos	2.975.612,00	787.498,10	2.007.653,00	786.164,51	1.231.677,00	754.305,22	890.084,00	
Taxas, multas e outras penalidades	1.623.200,00	813.315,05	1.693.199,00	698.790,67	1.029.144,00	748.257,12	934.578,00	
Rendimentos da propriedade	3.833.520,00	2.293.600,80	3.282.550,00	2.082.467,60	3.000.846,00	85.332,95	16.918.000,00	
Transferências correntes	8.258.418,00	8.553.807,54	8.377.475,00	7.168.283,52	6.895.262,00	4.703.677,15	6.817.559,00	
Venda de bens e serviços correntes	14.430.719,00	12.565.186,57	16.917.971,00	13.945.383,46	28.536.349,00	10.773.522,72	34.833.729,00	
Outras receitas correntes	1.780.000,00	387.553,63	182.186,00	228.500,57	525.000,00	105.486,23	2.236.000,00	
TOTAL RECEITAS CORRENTES	78.226.342,00	63.835.809,14	76.143.234,00	53.987.169,07	76.048.714,00	35.972.276,66	92.739.031,00	
RECEITAS DE CAPITAL:								
Venda de bens de investimento	9.208.000,00	283.048,55	15.444.030,00	32.047,73	18.254.623,00	9.138,05	16.813.814,00	
Transferências de capital	4.745.308,00	2.343.958,41	4.049.443,00	2.518.143,54	3.000.028,00	1.405.664,44	3.014.007,00	
Passivos financeiros		12.269.931,62	9.716.553,00	4.045.812,74	4.589.519,00	1.271.496,80	760.824,00	
Outras receitas de capital	121.000,00	2.942,02	36.000,00	20.000,00	50.000,00		1.500,00	
Reposições não abeladas nos pagamentos	80.280,00	143.449,99	80.000,00	1.984.475,73	100.000,00	155.324,10	395.844,00	
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	14.155.588,00	15.043.330,69	29.328.026,00	8.581.480,84	23.994.164,00	2.841.623,39	20.986.089,00	
TOTAL RECEITAS	92.381.930,00	78.879.139,83	105.469.260,00	62.578.649,91	100.042.878,00	38.813.900,05	113.725.120,00	

*Os dados acima mencionados não incluem a rubrica do saldo da gerência anterior.



ORÇAMENTOS DA DESPESA DE 2009/2012

Previsão e Execução

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011		Unidade: Euro
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução a	
	Inicial		Inicial		Inicial	30/09/2011	
2012							Previsão Inicial
DESPESAS CORRENTES:							
Despesas com o pessoal	18.727.051,00	22.516.506,38	25.882.401,00	23.375.043,58	25.523.121,00	16.471.742,58	25.072.599,00
Aquisição de bens e serviços	31.020.571,00	25.650.943,53	36.700.743,00	20.210.022,90	45.114.108,00	13.363.580,55	58.954.300,00
Juros e outros encargos	2.028.231,00	727.795,53	680.253,00	534.449,51	1.054.895,00	480.799,07	2.287.872,00
Transferências correntes	1.973.287,00	4.341.427,15	2.579.695,00	3.672.181,23	2.403.601,00	1.942.319,53	3.350.235,00
Outras despesas correntes	911.400,00	2.378.235,76	2.706.843,00	1.831.993,58	1.765.300,00	1.163.837,47	3.026.025,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES	54.660.550,00	56.214.408,35	66.529.937,00	49.823.690,80	75.951.026,00	33.422.239,30	92.701.031,00
DESPESAS DE CAPITAL:							
Aquisição de bens de capital							
Investimentos	35.176.841,00	35.683.762,12	34.491.522,00	10.168.189,74	20.952.784,00	5.385.477,52	16.317.844,00
Bens de domínio público	993.500,00	970.092,24	560.820,00	58.526,69	258.490,00	138.160,14	36.863,00
Transferências de capital	208.000,00	440.903,85	444.264,00	310.173,89	1.255.167,00	153.515,67	1.743.519,00
Activos financeiros							
Passivos financeiros	1.343.039,00	1.378.792,55	1.442.717,00	1.504.487,70	1.605.411,00	1.542.800,56	2.925.963,00
Outras despesas de capital		20.305,20					
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	37.721.380,00	38.393.856,96	36.939.323,00	12.061.378,02	24.081.852,00	7.319.953,89	21.024.089,00
TOTAL DESPESAS	92.381.930,00	94.608.265,31	103.469.260,00	61.885.068,82	100.042.878,00	40.742.193,19	113.725.120,00



PONTO DECIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento de atribuições de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, nos termos da alínea a) do n.º 2, do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Luís Reis. -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Vítor Vieira, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

Ausências: duas (02) Ana Cristina Oliveira e Carlos Lima. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

ADITAMENTO: -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do contrato para concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio articulado - aumento de uma paragem no circuito; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Luís Reis -"Confesso que desconheço os trajectos do comboio e do Giro. Faço uma pergunta muito simples. Gostava de saber se esta nova paragem já não é servida pelo Giro, presentemente é servida na proximidade, ou se o Giro não pode englobar esta paragem nova para não fazer este comboio articulado uma concorrência relativamente desleal em relação aos serviços que foram colocados à disposição da população local?" -

Vítor Clemente - Lê requerimento e entrega-o à Mesa (doc.6). -----



Reduzido

é reduzido à Câmara Municipal Albufeira.

- Que nos seja remetido.

1)- valores presentes ao 'Giro' desde início até à data.

1.1- Qual o valor devido anual do giro,

1.2- Qual o valor pago anualmente do giro pela Câmara Municipal.

Albufeira, 22-Dez. 2011

12h30 da A.M.

Vitor Clemente

Vitor Clemente - " Há pouco falávamos das situações no que diz respeito às receitas da Câmara Municipal em que eu cito. Este caso, o Giro, tem uma verba de, julgo que esteja

a dizer certo, cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco ponto cinquenta euros mensais à Câmara Municipal, mais um suplemento, não sei se aumentou se não, de quinhentos euros mensais, para utilizar o espaço da Câmara Municipal para colocação dos três ou quatro veículos, dentro do espaço do município. Significa que, em números redondos, são seis mil euros mensais. Não sabendo, em relação ao Giro, o que é que a Câmara Municipal paga mensalmente ou trimestralmente, julgo que seja uma verba muito superior àquela que recebe. Algo está errado. Porque aquilo que se vê no comboio turístico é, um comboio, menos turístico. No meu ponto de vista. Agora é pedido mais uma paragem, para melhor dizer, aquilo mais algum dia e o comboio funciona como o utente quer, pode parar em qualquer sítio. Talvez seja melhor. Seja mais rentável para a situação da parte deste comboio turístico. Nos sítios em que o comboio passa, não sei se se faz explicações turisticamente, sobre edifícios, sobre a cultura deste povo, sobre uma série de factores. É bem possível que tenha lá uma gravação, mas não se ouve. Mas o que me faz insurgir sobre esta situação da parte do Giro é verificar que, ao Giro nós estamos a pagar, ao nível da Câmara Municipal através de um contrato celebrado. Pagam os municípios de Albufeira. Ao comboio, que de turístico não tem nada, é um comboio de transporte urbano, vamos ser claros naquilo que vemos todos os dias, e por isso a minha posição irá ser, votar contra este pedido de mais um local de paragem." --- Francisco Oliveira - "No âmbito daquilo a que se referiu há pouco quanto à questão do aumento dos valores do Giro e dos bilhetes, interessava realmente saber como é que funciona esta relação entre a empresa e a Câmara Municipal. É por mais evidente que havendo transportes alternativos haverá com certeza menos a ocupar o Giro, menos contribuição. Eu presumo que a Câmara Municipal paga a diferença entre aquilo que paga o utente e aquilo que é, efectivamente, a participação mensal que está fixada. Mas depois estranho que, realmente, se venha pedir mais uma paragem para o comboio turístico e depois se verifique, como todos nós temos verificado, que agora há uns autocarros turísticos, que são autorizados, e que fazem também um "tour" turístico por Albufeira. Existindo um comboio turístico, há necessidade de haver também, uns autocarros turísticos de empresas privadas, como é também o próprio comboio turístico? Começa a haver aqui um número de transportes qualificados das mais variadas formas que, naturalmente, reduzirão aquilo que é a procura do Giro. E naturalmente implicarão que os utentes, quer por via do pagamento do seu bilhete, quer por via daquilo que é a contribuição da Câmara Municipal, tenham que, efectivamente suportar o Giro. E portanto, não vemos que possa haver aqui uma situação destas, de aumento de paragem, sem e continuo a referir e acho que era importante, e isso, na altura, lembro-me que foi levantada aqui a questão e que alguns membros desta Assembleia nomeadamente o Adriano Ferrão que não está presente, teriam concordado que seria importante fazer-se estudos para saber aquilo que é o público alvo do Giro, do comboio turístico, destes "tours" turísticos que agora circulam por Albufeira, para saber efectivamente qual é a contribuição que os municípios e a Câmara Municipal deverá fazer para o que são os transportes públicos. Tenho dito." ---



Carlos Lima - "É só para dizer que, sobre este ponto, estou muito confuso. Gostava de ter estado na rua neste ponto e não no anterior. Isto porquê? Porque no anterior foi discutido e, se me permite duas palavras,..." -----

Presidente da Assembleia - "Não, não permito." -----

Carlos Lima - "Foi discutido o regulamento das bolsas e parece que era suposto ter havido uma reunião da comissão para analisar o regulamento." -----

Presidente da Assembleia - "Já lhe disse que não permitia que se falasse sobre o ponto anterior. Estamos neste ponto, o senhor saiu, está no seu direito de sair, mas também a Assembleia tem regras e neste momento fala-se só sobre o ponto que está em debate." -----

Carlos Lima - "Sobre este ponto, comecei por dizer que é pena não ter estado na rua. Ou melhor, é pena meter-me nesta Assembleia, tido a postura que a maioria dos meus colegas deputados têm, que é pura e simplesmente, estarem calados, não terem opinião, se calhar sabem tudo, se calhar porque lhes é explicado tudo antes de virem para cá e, portanto, se calhar o que devia ter feito, era ter-me mantido calado desde o início, que era o meu objectivo nesta Assembleia. Mas como não costumo faltar, achei por bem vir. Já estou arrependido. Se calhar, mais vezes, vou tomar a postura dos nossos colegas deputados, que se mantêm calados. Obrigado Sr. Presidente." -----

Presidente da Câmara - "O conceito do Giro e o conceito do comboio, não tem nada a ver com o conceito dos autocarros turísticos. São situações completamente diferentes, nem sequer são concorrentes um do outro. É a minha opinião." -----

Luís Reis - "Sr. Presidente, eu penso que na prática, as situações sobrepõem-se. Não há dúvida nenhuma que se constata um crescimento das alternativas de transporte. Há transportes que devem ser privilegiados, com o aval da Assembleia e da Câmara e há outros transportes que são privados que devem correr determinado tipo de risco, como todos nós comerciantes, etc.. Penso que, é mais do que facto, que metade dos transportes acaba por se sobrepôr. Cada vez aparecem mais, não sabemos os donos. É só a minha opinião." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: quatro (04) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Luís Reis. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Ausências: uma (01) Carlos Lima. -----



A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO DECIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do concurso público para prestação de serviços de manutenção e conservação de espaços verdes e campos desportivos no município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Sousa, Alberto Saraiva, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Anabela Nobre, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Nuno Lisboa, Isabel Mateus, José Gonçalves, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Ausências: uma (01) Carlos Lima. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia expressa o seu "*obrigado por este ano de trabalho, aos membros da Assembleia e desejar-vos, nesta quadra festiva, um Bom Natal para todos vós e que o próximo ano vos encontre aqui com bom ânimo para trabalhar e para levar o melhor possível isto por diante. Muito obrigado a todos.*" A sessão encerra cerca das 23:25 horas, de que é lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 23 de Dezembro de 2011 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____